



Um Novo Tempo da Extensão Universitária Brasileira

José Antônio dos Santos: Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – PROEXT/UFRGS
Sandra de Deus: Pró-Reitora de Extensão – UFRGS

O artigo reflete sobre as demandas sociais e as iniciativas governamentais para o reconhecimento da extensão universitária no Brasil. Desde os anos de 1980 as ações extensionistas passaram a ser regulamentadas e vem recebendo, cada vez mais, apoio institucional do Governo Federal e das universidades, definindo, o que entendemos como um “novo tempo” da extensão universitária no país.

O entendimento do “novo tempo” da extensão busca uma mediação entre os diferentes modos de calcular a passagem do tempo e a simplicidade de apreciar a sua transitoriedade. Assim, não há medida equivalente entre as horas vividas no interior de uma comunidade rural conversando com os mais velhos sobre o uso das plantas medicinais e o trabalho em laboratório para a análise dos princípios ativos destas mesmas plantas. São compreensões diferenciadas sobre a passagem

do tempo e o que dele fazemos que ressaltam culturas, conhecimentos e objetivos diversos, mas que apontam necessidades comuns. Ambos buscam maneiras de curar doenças levando em conta tempos, realidades e escalas de intervenção que são próprias de cada realidade. Os saberes são distintos, mas os objetivos podem ser comuns.

É importante compreender o momento atual pelo qual passa a extensão universitária no Brasil levando em conta a sua história. Nesse sentido, o que aconteceu em Córdoba, na Argentina, em 21 de junho de 1918, é considerado o primórdio da extensão universitária na América Latina. Foi o dia em que os estudantes daquela Universidade trouxeram a público o manifesto que reivindicava a abertura e a atenção da academia para as questões sociais.

A Universidade de Córdoba deveria aprimorar seu cunho extensionista e se voltar para fora dos muros; incluir a gratuidade do ensino superior; criar mecanismos que assegurassem a autonomia universitária; o ingresso público para a carreira docente e eleições diretas para a reitoria. Foram reivindicações cruciais para chegarmos à universidade que temos, e encaminharam questões fundamentais para o ensino universitário que queremos. Apontam para uma universidade democrática e comprometida socialmente.

No Brasil tivemos alguma preocupação com a extensão universitária, em 1931, quando da elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras.¹ Ao definir o conceito de extensão o documento parecia desconhecer a contribuição do manifesto de Córdoba, e se aproximava da concepção norte-americana de extensão que acabou se tornando uma das nossas maiores influências. A extensão era vinculada à necessidade estrita de crescimento econômico e tinha o objetivo de difundir conhecimentos técnicos e científicos. O que se dava por meio de cursos e assistência técnica às

áreas rurais, identificadas como lugares atrasados e fundamentais para o desenvolvimento do país. O conceito de “indissociabilidade entre ensino-extensão-pesquisa”, conforme veremos a seguir, não aparecia naquele documento nem como aspiração futura da universidade que se desejava.

Nas décadas de 1960 e 1970, contudo as ditaduras civis-militares na América Latina e o entendimento que a extensão universitária, pelo seu caráter emancipador, poderia ser um risco aos regimes impostos, também foi o período em que se difundiu a ideia de que as universidades públicas deveriam intervir nas comunidades que se encontravam em maior vulnerabilidade social. A “prática sócio-comunitária”, conforme era definida naquele período, passou a ser desenvolvida nas universidades de forma eventual, não fazia parte do currículo universitário e se encontrava distante das questões cotidianas. Os saberes vindos dos meios populares – urbano ou rural – eram pouco considerados na sua relação com as universidades. Havia uma hierarquia que colocava os conhecimentos acadêmico e científico no topo, vindo abaixo os conhecimentos técnicos e, por último, aqueles oriundos da população em geral.²

Conforme Rocha (2001), esse também foi o momento em que as ideias e as práticas advindas do trabalho de Paulo Freire fundamentaram uma série de ações extensionistas não apenas no Brasil.³ Iniciaram o processo de discussão sobre a extensão universitária brasileira como prática política que estimula, reconhece e valoriza a troca de conhecimentos. As ações advindas das reflexões freireanas estimularam o caráter militante, buscando estabelecer laços de continuidade e reconhecimento dos saberes dos diversos atores sociais.

2. Parte desta metodologia de extensão foi instituída, a partir de 1968, pelo Projeto Rondon.

3. Segundo Paulo Freire, a extensão extrapolava o ensino superior e era dirigida para todo o processo educativo. Muitas das suas contribuições à educação fizeram parte do Plano de Governo de Veloso Alvorado no Peru, e foram aplicadas no Chile e países africanos.

1. BRASIL. **Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931.** Estatuto das Universidades Brasileiras.

A década de 1980 foi o período de maior fortalecimento da sociedade civil em oposição ao regime autoritário brasileiro instalado em 1964. A organização política dos movimentos sociais se deu principalmente em direção ao protagonismo na defesa dos seus interesses. De certa forma, muitos dos protagonistas do período (estudantes, negros, indígenas, gays, “sem-terras”, “mulheres crecheiras”, dentre outros), que se colocaram em defesa da democracia, estruturaram a concepção da extensão universitária que se pretendia.

Os princípios que regeriam a extensão universitária pós-ditadura civil-militar foram cristalizados no **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, realizado em Brasília, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987. As representações das 33 universidades presentes criaram o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e definiram, que: “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.

Desde então, as ações extensionistas obtiveram suporte para serem valorizadas em condições de igualdade com a pesquisa e o ensino como base do processo educativo. A partir de 1988, o “princípio da indissociabilidade” entre ensino-extensão-pesquisa foi inserido na Constituição (Artigo 207 da Constituição Brasileira), fundamentando ainda mais a importância da extensão universitária. A relação dialético-transformadora, proposta a ser cumprida no trânsito entre a universidade e a sociedade, cedeu espaço para as forças sociais que buscavam as arenas de representação dos seus interesses no ensino superior.

A comunidade universitária (professores, técnicos e estudantes) que já mantinha contatos estabelecidos, ou nutria interesses na produção de conhecimentos que fossem resultados daquele diálogo, encontrou no conceito de extensão o dispositivo institucional que deu suporte para

ações transformadoras. Do mesmo modo, grupos organizados da sociedade também buscaram parcerias com as universidades na busca da resolução de seus problemas. Nesse sentido, é razoável pensar que as demandas dos grupos sociais – oriundos das escolas públicas, autodeclarados negros e indígenas – por acesso ao ensino superior, plasmadas a partir da virada do século XXI, são resultados também daquele processo que iniciou com a defesa da democracia.

A partir daquele I Encontro, em 1987, foi criado o **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX)** que se tornou órgão de representação dos extensionistas no país. Desde então, o Fórum passou a pautar o debate sobre as formas de institucionalização, financiamento e valorização da extensão universitária. Embora ainda pouco reconhecida pela sociedade brasileira como processo fundamental para a articulação entre o ensino e a pesquisa, e para o incentivo na geração e distribuição de renda e conhecimentos, a extensão universitária vem demonstrando o seu valor no processo recente de desenvolvimento do país. Atualmente, nas instituições de ensino superior, é desenvolvido algum projeto, programa ou ação extensionista, e a extensão passou ocupar outro espaço na gestão universitária.

É necessário dizer que a atividade extensionista, como de resto boa parte das iniciativas acadêmicas, não está livre de conflitos internos e incompreensões externas sobre objetivos, teorias, metodologias e públicos alvos das suas práticas. Os obstáculos são muitos e poucos são aqueles que reconhecem o período privilegiado em que vivemos em termos de desenvolvimento do fazer extensionista e da sua importância. São recorrentes as afirmações de que o ensino que nossas universidades ministram tem qualidade e competência. Há sempre uma citação sobre as pesquisas de nível internacional realizadas nos laboratórios e programas de pós-graduação, mas quando se trata da extensão surgem as interrogações: o que é mesmo? Para que serve? O quanto se investe? Verdade é que não tendo clareza da natureza da

extensão, fica difícil dizer para que(m) serve, e, mais complexo ainda, é garantir um percentual de recursos para o seu desenvolvimento.

São questões batidas se apreendermos o tempo no seu sentido cronológico. É uma reflexão recente se tomarmos o tempo em seu sentido de construção, de criação, de conquista, de convencimento sobre a importância da extensão. Há um caminho percorrido com muita persistência que foi se concretizando e desembocou em avenidas por onde transitamos na atualidade.

Desde a sua criação o FORPROEX tem buscado redefinir as políticas e as práticas institucionais dirigidas para a extensão, tanto no âmbito das Instituições Públicas de Educação Superior, Ministério da Educação e demais ministérios, assim como nas agências governamentais. Todas as instâncias devem reconhecer o valor da prática extensionista e aportar investimentos públicos para a sua execução.

As universidades devem inserir as atividades extensionistas na grade curricular dos cursos de graduação e regulamentá-las como prática acadêmica. O potencial educativo e formativo da extensão deve ser inserido de modo qualificado no projeto pedagógico universitário. O Plano Nacional de Educação (PNE) em sua Estratégia 12.7, visa: “Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária”. A partir da aprovação do PNE passa a ser necessária uma nova e decisiva intervenção no interior das universidades para cumprir com a proposta que efetivamente vai modificar a formação universitária.

A criação do Programa Nacional de Apoio a Extensão Universitária (PROEXT), pelo Ministério da Educação, em 2003, tem contado atualmente com o apoio de vários outros Ministérios e com o aporte de recursos significativos. Em 2004, foram disponibilizados R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais) para o PROEXT,

e 52 instituições de ensino superior apresentaram 182 propostas de extensão.⁴ No ano de 2012, foram disponibilizados 70 milhões de reais para uma disputa que envolveu cerca de 2.000 mil propostas de extensão em todo o país. Em 2014, os recursos disponibilizados giraram em torno de 84 milhões. Somado a estes recursos, algumas universidades têm criado programas de fomento e editais internos capazes de atender demandas localizadas.

Os avanços nos editais têm sido na direção de incidir na superação dos principais problemas sociais, contribuir para a inclusão de grupos minoritários, inovar e transferir conhecimentos. A relação do saber acadêmico passou a ser multilateral no diálogo com os outros setores da sociedade, com objetivos diversos no sentido do desenvolvimento de parcerias.

É importante contar com programas e linhas de financiamento de forma contínua, seja através da inserção na matriz orçamentária das instituições de ensino superior, do aumento dos aportes do Ministério da Educação, seja via inclusão na agenda das agências governamentais. A criação do Plano Nacional de Extensão, conforme anunciada pelo MEC, pode vir a ser um instrumento de suporte institucional às ações de extensão desenvolvidas na educação superior brasileira.⁵

A política do Governo Federal com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a partir de 2008, tem se voltado para a expansão do acesso e permanência dos estudantes. O REUNI visa dobrar o número de estudantes nos cursos de graduação em dez anos, as universidades que aderirem ao Programa devem ampliar o número

4. Cf. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1876&catid=180:pos-graduacao, página acessada em 15.04.2013.

5. O anúncio foi feito na noite de 9 de novembro de 2012, pelo secretário de educação superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, durante a realização do 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

de cursos noturnos, combater a evasão e buscar mecanismos para a flexibilização dos currículos, o que abriu novos horizontes para a inserção das atividades de extensão.

Outros pontos de discussão e interesses dos extensionistas que têm demonstrado o “novo tempo” em que vive a extensão universitária, passam pelo reconhecimento das atividades de extensão nos concursos e nas carreiras acadêmicas. O esforço dos docentes, técnicos e estudantes em realizar projetos e programas voltados para o diálogo com os conhecimentos extra-muros, deve ser valorizado em termos equânimes com o ensino e a pesquisa.

Tudo isso demanda dos extensionistas a definição de novas metodologias de ação e inserção social que visem criar mecanismos de interatividade entre o que se produz na universidade e as necessidades dos diversos segmentos da sociedade. A elaboração de teorias que informem os objetivos a perseguir, a definição de indicadores de aferição das ações realizadas e a criação de instrumentos para a implantação de sistemas de informação e gestão que garantam condições de perenidade das iniciativas.

O 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado em Porto Alegre – RS, em novembro de 2011, também ratificou o que viemos afirmando. O Congresso apresentou o tema “As fronteiras da extensão” e contabilizou 4.528 pessoas credenciadas. Foram mais de 100 convidados para mesas-redondas e mini-cursos, 75 oficinas com cerca de 1.200 participantes, 1.066 comunicações orais e 26 estandes de

universidades, além de espaços para comunicações livres e trocas de experiências entre extensionistas de todo o país.

Também o 6º Congresso (CBEU), cujo tema “Diálogos da extensão: saberes tradicionais e inovação científica”, realizado em Belém – Pará, em maio de 2014, apresentou variados recortes da extensão no sentido de assegurar oferta de tecnologias e conhecimentos para sociedade. Os Congressos têm demonstrando a capacidade de superação da extensão universitária para manter suas ações de modo regular e continuado. Os números dos trabalhos apresentados têm demonstrado, assim como a qualidade das discussões, a pujança da extensão universitária.

A prática extensionista que antes se resumia a uma atividade militante de professores, técnicos e alunos, realizada nos finais de semana e sem recurso financeiro ou operacional, hoje trilha caminhos que extrapolam as suas fronteiras. Devemos superar alguns impasses como a criação de instrumentos de aferição da extensão por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e um setor específico no MEC para tratar da extensão, mas acreditamos no “novo tempo” que viemos construindo.

A extensão será ainda mais fortalecida e institucionalizada e o tempo cronológico deverá se encontrar com o tempo da construção social, que deve ser exigente, reflexivo e comprometido socialmente. É preciso, cada vez mais, concretizar o “novo tempo” que os atores sociais da extensão universitária brasileira reivindicam. ◀

Referências

NOGUEIRA, Maria das Dores P. (Orga.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987–2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; Fórum, 2000.

ROCHA, R. M. Gurgel. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In FARIA, Doris Santos de. (Orga.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB, 2001.